

Difusão editorial em Arquivos Públicos Municipais na Bahia: uma análise da oferta de serviços e produtos na era digital¹

Daila Lima Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
<https://orcid.org/0009-0000-8314-9377>
daylima25@gmail.com

Bruna Lessa Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
<http://orcid.org/0000-0003-4485-203X>
lessbruna@gmail.com

Resumo As instituições arquivísticas que disponibilizam serviços e produtos informacionais, sobretudo por meio da difusão editorial, alcançam mais visibilidade para o seu acervo, atraindo o público para conhecer e utilizar do que os arquivos dispõem. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a oferta de produtos e serviços de difusão editorial em arquivos públicos municipais da Bahia, com ênfase em sua presença digital no período de 2020 a 2023. Caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de estudo de casos múltiplos. O universo inicial considerou 72 arquivos públicos municipais registrados pela Coordenação de Arquivos Públicos Municipais da Bahia, dos quais 29 possuíam cadastro atualizado; entre estes, foram identificadas dez instituições com algum canal de comunicação na *web*. A coleta de dados envolveu observação direta de páginas *web*, *blogs* e perfis em mídias sociais digitais, análise de publicações no *Instagram* das instituições com maior assiduidade e aplicação de questionário eletrônico, complementado por contato telefônico. Os resultados indicam que a difusão editorial em ambiente digital ocorre de modo desigual e pouco sistematizado. Conclui-se que a presença digital desses arquivos demanda planejamento, atualização contínua e maior integração entre gestão documental, descrição, acesso e comunicação pública.

Palavras-chave Arquivo público municipal. Difusão arquivística. Difusão editorial. Mídias sociais digitais. Produtos e serviços arquivísticos.

Archival outreach and publishing in municipal public archives in Bahia/Brazil: an analysis of products, services and digital presence (2020-2023)

Abstract Archival institutions that provide informational services and products—particularly through publishing—gain greater visibility for their collections, attracting the public to discover and make use of what the archives have to offer. The objective of this study was to analyze the range of products and services offered through publishing in municipal public archives in Bahia, with an emphasis on their digital presence from 2020 to 2023. It is characterized as descriptive, with a qualitative approach, developed through multiple case studies. The initial universe included 72 municipal public archives registered by the Coordination of Municipal Public Archives of Bahia, of which 29 had updated records; among these, ten institutions were identified as having some form of communication channel on the web. Data collection involved direct observation of web pages, blogs, and profiles on digital social media, analysis of Instagram posts by the most active institutions, and the administration of an electronic questionnaire, supplemented by telephone contact. The results indicate that editorial dissemination in the digital environment occurs in an uneven and unsystematic manner. It is concluded that the digital presence of these archives requires planning, continuous updating, and greater integration between records management, description, access, and public communication.

¹ Artigo derivado de pesquisa realizada no âmbito do trabalho de conclusão de curso realizado no curso de Arquivologia, da Universidade Federal da Bahia, com adequações e aprofundamentos teórico-metodológicos para publicação científica.

Keywords Archival outreach. Archival products and services. Digital social media. Municipal public archives. Publishing.

Difusão editorial em los Archivos Públicos Municipales de Bahía/Brasil: un análisis de la oferta de servicios y productos en la era digital

Resumen Las instituciones archivísticas que ofrecen servicios y productos informativos, sobre todo a través de la difusión editorial, logran una mayor visibilidad de sus fondos, atrayendo al público para que conozca y utilice lo que los archivos tienen a su disposición. El objetivo de esta investigación fue analizar la oferta de productos y servicios de difusión editorial en los archivos públicos municipales de Bahía, con énfasis en su presencia digital en el período comprendido entre 2020 y 2023. Se trata de un estudio descriptivo, de enfoque cualitativo, desarrollado mediante el estudio de casos múltiples. El universo inicial consideró 72 archivos públicos municipales registrados por la Coordinación de Archivos Públicos Municipales de Bahía, de los cuales 29 contaban con un registro actualizado; entre estos, se identificaron diez instituciones con algún canal de comunicación en la web. La recopilación de datos implicó la observación directa de páginas web, blogs y perfiles en redes sociales digitales, el análisis de las publicaciones en Instagram de las instituciones con mayor frecuencia y la aplicación de un cuestionario electrónico, complementado con contacto telefónico. Los resultados indican que la difusión editorial en el entorno digital se produce de forma desigual y poco sistematizada. Se concluye que la presencia digital de estos archivos exige planificación, actualización continua y una mayor integración entre la gestión documental, la descripción, el acceso y la comunicación pública.

Palabras clave Archivo público municipal. Difusión archivística. Difusión editorial. Redes sociales digitales. Productos y servicios archivísticos.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 09/02/2026
Aprovado em 29/05/2026
Publicado em 01/07/2026

1 INTRODUÇÃO

As instituições arquivísticas são essenciais para a preservação, organização, acesso e disseminação de informações produzidas e acumuladas ao longo do tempo. A difusão é um meio de evidenciar o trabalho desenvolvido pelos profissionais da área de Arquivologia, potencializando a visibilidade do patrimônio arquivístico, histórico e cultural de uma sociedade. No contexto dos arquivos públicos, essa importância se torna ainda mais evidente, pois tais instituições atuam na gestão, preservação, acesso e difusão de documentos produzidos e recebidos pelo poder público, os quais possuem valor administrativo, probatório, informativo, histórico e cultural. Assim, os arquivos públicos não devem ser compreendidos apenas como espaços de guarda documental, mas como instituições responsáveis por assegurar a preservação dos documentos arquivísticos e promover seu acesso à sociedade.

No Brasil, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e estabelece que é dever do poder público a gestão documental e a proteção especial aos documentos de arquivo, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação (BRASIL, 1991). Os arquivos públicos também devem atuar conforme a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que prevê a transparência na divulgação das atividades do poder público, a fim de aumentar a eficiência no exercício das funções públicas, diminuir práticas de opacidade administrativa e ampliar a participação social (BRASIL, 2011).

A Coordenação de Arquivos Públicos Municipais da Bahia vinculada à Fundação Pedro Calmon, órgão responsável pelo controle de abertura de arquivos e bibliotecas públicas do estado da Bahia, indica que há 72 arquivos públicos municipais implantados e em funcionamento no estado, dos quais somente 29 estavam com cadastro atualizado junto ao órgão no período de realização desta pesquisa (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2023). Essa informação justifica a motivação para o desenvolvimento do estudo, uma vez que evidencia a necessidade de conhecer como esses arquivos têm utilizado o ambiente digital para divulgar seus acervos, produtos e serviços. Portanto, torna-se relevante a investigação, uma vez que os arquivos públicos municipais custodiam documentos diretamente relacionados à memória local, à história das cidades, à gestão pública, à comprovação de direitos e ao exercício da cidadania.

Nesta perspectiva, foi desenvolvida uma pesquisa de nível descritivo, com abordagem qualitativa, a partir do seguinte problema: como é realizada a difusão editorial nos arquivos públicos municipais do estado da Bahia em ambiente digital? Para responder à questão desta pesquisa foi traçado o objetivo geral: analisar as ações praticadas no ambiente digital para a difusão editorial dos acervos, produtos e serviços dos arquivos públicos municipais da Bahia. Destaca-se que o estudo não teve como foco investigar diretamente o comportamento dos usuários, mas compreender, a partir dos canais digitais e das respostas institucionais obtidas, quais estratégias de difusão editorial vêm sendo utilizadas por essas instituições para divulgar suas atividades e ampliar a visibilidade de seus acervos.

A partir da observação direta de páginas *web*, *blogs* e perfis em mídias sociais digitais dessas instituições, bem como da aplicação de questionário eletrônico, buscou-se compreender as ações e estratégias utilizadas para promover a difusão, com foco específico no processo de difusão editorial em ambiente digital. Neste artigo, compreendem-se como páginas *web* os *sites* ou páginas institucionais disponíveis na internet e, como mídias sociais digitais, os ambientes *on-line* utilizados para publicação, circulação e interação de conteúdos, a exemplo do *Instagram*. A análise considerou os 29 arquivos públicos municipais com cadastro atualizado junto à Fundação Pedro Calmon e, entre eles, identificou dez instituições com algum tipo de presença digital. No recorte das mídias sociais digitais, foram observadas com maior atenção as instituições que apresentaram maior assiduidade de publicações no Instagram entre 2020 e 2023.

Em geral, entende-se que a oferta de serviços e produtos dos arquivos na *web* pode trazer benefícios tanto para a instituição quanto para os usuários, incluindo a promoção do acervo, a ampliação da visibilidade institucional e a interação com a sociedade. Essa compreensão encontra respaldo na literatura arquivística sobre difusão, segundo a qual não basta tratar e preservar a documentação; é necessário também disponibilizá-la e torná-la conhecida ao maior número possível de pessoas (De Portella e Perez, 2012). Nesse sentido, a difusão em arquivos deve promover a divulgação da instituição, das atividades arquivísticas e do acervo documental, aproximando os arquivos de seus públicos e contribuindo para a democratização do acesso à informação (Menezes, 2012).

Além disso, a presença dos arquivos em ambientes digitais pode ampliar a visibilidade dos acervos e favorecer a circulação de informações institucionais, desde que articulada ao planejamento, à descrição, à preservação, ao acesso e à comunicação pública. Contudo, essa

presença requer planejamento, atualização e articulação com as demais funções arquivísticas, especialmente a gestão documental, a descrição, a preservação e o acesso. Desse modo, a difusão editorial em ambiente digital não deve se restringir à publicação eventual de conteúdos, mas integrar uma política institucional voltada à comunicação pública dos arquivos e à valorização social de seus produtos e serviços.

Os resultados da pesquisa indicam que a difusão editorial em ambiente digital ainda ocorre de forma desigual entre os arquivos públicos municipais analisados. Embora algumas instituições utilizem páginas *web*, *blogs* e mídias sociais digitais para divulgar acervos, documentos históricos, exposições, eventos, serviços e informações institucionais, observa-se baixa oferta de produtos e serviços arquivísticos estruturados na *web*, além de pouca regularidade na atualização dos canais digitais. Verificou-se, ainda, que a difusão editorial aparece, em muitos casos, associada à divulgação de conteúdos em mídias sociais digitais, especialmente no Instagram, o que revela potencial de aproximação com a sociedade, mas também evidencia a necessidade de ações mais sistemáticas e integradas às políticas de gestão, descrição, acesso e difusão dos arquivos.

Assim, esta pesquisa destaca a importância de conhecer as práticas de difusão editorial desenvolvidas pelos arquivos públicos municipais da Bahia, de modo a visualizar melhorias, adequações e ajustes que possam fortalecer a divulgação de seus produtos, serviços e acervos. O artigo está estruturado em seis seções, incluindo esta introdução. A segunda seção discute a difusão editorial no campo arquivístico. A terceira aborda produtos e serviços em arquivos. A quarta apresenta os caminhos metodológicos utilizados na pesquisa. A quinta expõe e analisa os resultados obtidos a partir da observação dos canais digitais e das respostas ao questionário. Por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais, retomando os objetivos, os principais achados e os desafios identificados para a difusão editorial em arquivos públicos municipais.

2 DIFUSÃO EDITORIAL

A difusão em arquivos constitui uma ação arquivística voltada à aproximação entre a instituição, seus acervos e seus públicos. Por meio dela, os arquivos tornam conhecidas suas atividades, seus documentos, seus produtos e seus serviços, ampliando as possibilidades de acesso, consulta e uso social da informação arquivística. Nesse sentido, a difusão não substitui as demais funções arquivísticas, como gestão, avaliação, classificação, descrição e preservação, mas depende

delas para que a divulgação dos acervos ocorra de forma qualificada, contextualizada e responsável. No âmbito dos arquivos públicos, a difusão assume relevância social, pois os documentos custodiados por essas instituições podem servir à comprovação de direitos, ao exercício da cidadania, à pesquisa científica, à memória coletiva e à compreensão da história local. Indolfo (2007, p. 29) lembra que o documento, ou a informação registrada, sempre serviu de base para o registro das ações administrativas e sociais, funcionando tanto como prova de direitos e instrumento do exercício do poder quanto como registro da memória. Assim, tornar os arquivos conhecidos significa favorecer o reconhecimento público de documentos que possuem valor administrativo, probatório, informativo, histórico e cultural.

Bellotto (2006) destaca que os serviços editoriais, culturais e educativos contribuem para projetar os arquivos públicos na comunidade, reforçando sua dimensão informacional, cultural e social. A difusão, portanto, não deve ser compreendida como atividade acessória ou eventual, mas como parte das estratégias institucionais de mediação entre o acervo e a sociedade.

Quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos, alinhando-os à sua função informacional administrativa e científica, ele preenche seu lugar por direito e por conquista na comunidade. Esta deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma real fonte de cultura e saber (Bellotto, 2006, p.247).

Já Rockembach (2015), ao tratar da difusão em arquivos, ressalta que essa função envolve estratégias de acessibilidade, transparência, mediação, compreensão dos públicos e uso de canais de comunicação adequados, considerando a relação entre usuários, conteúdo e tecnologia. Embora essa definição se refira à difusão arquivística em sentido amplo, ela ajuda a situar a difusão editorial como uma das formas pelas quais os arquivos comunicam seus acervos, produtos e serviços.

A literatura arquivística distingue diferentes modalidades de difusão, entre elas a difusão cultural, a difusão educativa e a difusão editorial. Conforme Menezes (2012), a difusão cultural pode envolver exposições, oficinas, cursos, encontros e projetos culturais; a difusão educativa inclui visitas guiadas, visitas técnicas, palestras, cursos e atividades de aproximação com escolas e outros públicos; e a difusão editorial compreende publicações e instrumentos de comunicação dirigida que disseminam os produtos e serviços dos arquivos. Nessa última modalidade, incluem-se boletins, revistas, jornais, folhetos, catálogos, inventários, guias, anais, catálogos seletivos,

portfólios, vídeos institucionais e outros materiais destinados à divulgação dos acervos e das ações desenvolvidas pelas instituições arquivísticas.

A difusão editorial, portanto, não se confunde com o simples acesso aos documentos, nem com a digitalização de acervos. O acesso diz respeito à possibilidade de consulta e uso dos documentos; a digitalização pode ser uma estratégia de preservação, reprodução ou ampliação do acesso; já a difusão editorial está relacionada à produção e circulação de conteúdos, publicações e instrumentos que apresentam, interpretam ou divulgam os acervos, os serviços e as atividades dos arquivos. Desse modo, um catálogo de exposição, um guia de acervo, um boletim informativo, uma publicação comemorativa, uma postagem institucional ou um vídeo de divulgação podem ser compreendidos como ações de difusão editorial quando têm por finalidade comunicar à sociedade o que o arquivo preserva, produz e oferece. Para divulgar produtos e serviços, o arquivo precisa manter relação coerente entre organização documental, descrição, preservação e comunicação pública, pois um acervo organizado favorece a difusão, mas não a torna automática. É necessário planejamento para definir o que divulgar, para quais públicos, por quais canais, com que linguagem e com qual periodicidade. Nesse sentido, a difusão editorial deve estar articulada às políticas institucionais do arquivo, evitando ações pontuais, descontínuas ou desvinculadas das demais funções arquivísticas.

Com a ampliação do uso da *web* e das mídias sociais digitais, a difusão editorial passou a contar com novos meios de circulação. Neste estudo, entende-se por *web* o ambiente de publicação e acesso a páginas, *sites*, *blogs* e plataformas disponíveis na internet. As mídias sociais digitais, por sua vez, são ambientes *on-line* que permitem publicação, circulação, interação e compartilhamento de conteúdos, como ocorre em plataformas a exemplo do *Instagram* e do *Tik Tok*. No caso das instituições arquivísticas, o uso das mídias sociais digitais amplia as possibilidades de disseminação de informações e de interação com os usuários, mas exige planejamento, definição de objetivos e acompanhamento dos resultados alcançados. Pereira e Silva (2020) ressaltam que essas plataformas devem ser utilizadas a partir de diretrizes institucionais, com equipe responsável pela produção de conteúdos, avaliação de desempenho e monitoramento das interações geradas pelas publicações.

No entanto, a presença dos arquivos nesses ambientes não deve ser compreendida apenas como criação de perfis ou páginas. Para que a difusão editorial em ambiente digital contribua de forma efetiva para a visibilidade institucional e para a aproximação com a sociedade, é necessário

que os conteúdos sejam planejados, atualizados e apresentados com clareza. O uso de mídias sociais digitais e plataformas digitais pode ampliar o alcance das ações de difusão, todavia requer cautela com a qualidade da informação, com a contextualização dos documentos, com a linguagem adotada e com a responsabilidade ética na comunicação dos acervos.

Lessa (2021) observa que essas mídias sociais possibilitam formas mais dinâmicas de interação entre sujeitos e instituições, pois permitem estabelecer conexões, formas de relacionamento e níveis distintos de interação. No caso dos arquivos, essa possibilidade pode favorecer a comunicação com usuários reais e potenciais, desde que os conteúdos publicados sejam compreendidos como parte de uma estratégia institucional de difusão, e não apenas como postagens isoladas. Assim, a difusão editorial em mídias sociais digitais pode contribuir para tornar os arquivos mais conhecidos, divulgar seus produtos e serviços e despertar interesse pelos acervos, sem perder de vista a necessidade de planejamento, descrição, preservação e acesso.

Desse modo, a difusão editorial em arquivos públicos pode ocorrer tanto em suportes físicos quanto digitais. No meio físico, manifesta-se em livros, catálogos, folders, boletins, exposições documentais impressas e outros materiais de divulgação. No ambiente digital, pode assumir a forma de publicações em *sites* institucionais, *blogs*, catálogos *on-line*, guias digitais, vídeos, postagens em mídias sociais digitais e outros conteúdos voltados à comunicação dos acervos e serviços. Em ambos os casos, sua finalidade é divulgar, de modo qualificado, os produtos, serviços e documentos preservados pelos arquivos, contribuindo para ampliar a visibilidade institucional e o uso social da informação arquivística.

3 SERVIÇOS E PRODUTOS EM ARQUIVOS

Os arquivos públicos têm a possibilidade de oferecer uma variedade de produtos e serviços que atendam ao público, tanto de forma presencial quanto virtual. Entre os produtos arquivísticos, destacam-se os instrumentos de pesquisa, como guias, inventários e catálogos, resultantes da descrição e da representação do acervo (Bellotto, 2006; Lopez, 2002; Silva Júnior; Silva; Córdula, 2019). No campo dos serviços, incluem-se a consulta ao acervo, o atendimento de referência, a orientação à pesquisa, a reprodução documental, as visitas guiadas, as exposições, as palestras, os cursos e as ações educativas e culturais, compreendidos como formas de mediação entre a instituição, os documentos e seus públicos. Já páginas web, *blogs* e perfis em mídias sociais digitais

devem ser compreendidos como canais de difusão e comunicação institucional, por meio dos quais os arquivos podem divulgar seus produtos, serviços, acervos e atividades (Bellotto, 2006; Menezes, 2012). No entanto, para evitar a compreensão de que produtos e serviços são sinônimos, é necessário delimitar conceitualmente esses termos no âmbito das unidades de informação e, de modo mais específico, das instituições arquivísticas.

Na Ciência da Informação, os produtos e serviços de informação estão relacionados às formas pelas quais as unidades de informação organizam, representam, comunicam e tornam acessíveis seus recursos informacionais. Os produtos informacionais podem ser compreendidos como recursos estruturados, materiais ou digitais, resultantes do tratamento, da sistematização ou da representação da informação. Os serviços de informação, por sua vez, correspondem às atividades de mediação prestadas pela instituição para orientar, atender, responder demandas e possibilitar o uso qualificado da informação. Essa distinção é importante porque, enquanto o produto tende a se materializar em um instrumento, publicação, base, catálogo ou conteúdo organizado, o serviço envolve uma ação institucional dirigida ao usuário. Essa compreensão é recorrente, por exemplo, na Biblioteconomia, área em que bibliotecas, centros de documentação e demais unidades de informação desenvolvem produtos, como catálogos, bases de dados, bibliografias, guias e publicações, ao mesmo tempo que oferecem serviços voltados à mediação entre usuários e fontes de informação. Lancaster (1996), ao tratar da avaliação de serviços de bibliotecas, evidencia que os serviços devem ser analisados a partir de sua capacidade de atender às necessidades dos usuários, considerando critérios de eficiência, uso, qualidade e adequação. Accart (2012), por sua vez, ao discutir o serviço de referência do presencial ao virtual, compreende esse serviço como uma atividade de mediação, orientação e resposta às demandas informacionais, realizada tanto em espaços físicos quanto em ambientes digitais.

No campo da Arquivologia, essa diferenciação assume características próprias, pois produtos e serviços derivam das funções arquivísticas e do tratamento técnico dado aos documentos. Os instrumentos de pesquisa, por exemplo, são produtos arquivísticos porque resultam da descrição e da representação do acervo, permitindo identificar, localizar e compreender fundos, séries ou conjuntos documentais. Bellotto (2006) destaca que esses instrumentos funcionam como mediação entre os documentos e seus usuários, especialmente nos arquivos permanentes. Na mesma direção, Lopez (2002) ressalta que a descrição arquivística e seus instrumentos são fundamentais para tornar os documentos acessíveis de forma contextualizada.

Os serviços arquivísticos, por outro lado, dizem respeito às ações realizadas pela instituição para viabilizar o acesso e o uso dos documentos. Incluem consulta ao acervo, atendimento presencial ou remoto, orientação à pesquisa, reprodução documental, visitas guiadas, ações educativas e atividades culturais. Esses serviços dependem de infraestrutura, equipe, normas de acesso, conhecimento técnico sobre o acervo e capacidade de mediação. Por isso, não se limitam à entrega de uma informação pontual; envolvem procedimentos que permitem ao usuário compreender o funcionamento do arquivo, as possibilidades de pesquisa e as condições de acesso aos documentos.

Menezes (2012) observa que os profissionais da informação atuam como mediadores entre os usuários e as informações disponíveis nos arquivos, cabendo-lhes explicar os serviços e produtos oferecidos e ampliar o conhecimento público sobre sua utilização. A autora também destaca que a divulgação de estruturas informacionais por meio de publicações, exposições, palestras e visitas guiadas contribui para criar canais de comunicação entre a instituição e seus públicos. Desse modo, produtos e serviços não apenas apoiam o atendimento às demandas dos usuários, mas também fortalecem a imagem institucional dos arquivos e sua função social.

Para que produtos e serviços sejam efetivos, o arquivo precisa dispor de acervo organizado, descrito, preservado e acessível. Entretanto, a organização do acervo, embora fundamental, não torna a difusão um processo automático. A oferta de produtos e serviços exige planejamento, definição de prioridades, conhecimento sobre os públicos, equipe qualificada e condições institucionais para manter ações contínuas. Essa observação é relevante para evitar a compreensão de que a simples existência de acervos organizados ou canais digitais seja suficiente para garantir a difusão. A qualidade dos produtos e serviços, portanto, depende da articulação entre tratamento técnico, mediação, comunicação institucional e avaliação das demandas informacionais.

No ambiente digital, os produtos e serviços arquivísticos podem ser disponibilizados ou divulgados por meio de páginas institucionais, blogs, catálogos *on-line*, bases de dados e mídias sociais digitais. Castro e Suaiden (2015) observam que as tecnologias da informação e comunicação impulsionam os profissionais da informação a reverem a forma de ofertar produtos e serviços, considerando novas demandas e formas de interação dos usuários. No caso dos arquivos, essa adaptação precisa considerar as especificidades dos documentos arquivísticos, os requisitos de descrição, as condições legais de acesso e os limites institucionais para manutenção dos canais

digitais, com planejamento, atualização e avaliação das interações realizadas com os públicos (Pereira e Silva, 2020).

Nesse sentido, páginas *web*, blogs e perfis em mídias sociais digitais não são, necessariamente, produtos arquivísticos em si mesmos. Eles podem ser compreendidos como canais de comunicação e difusão, por meio dos quais a instituição apresenta seus produtos, divulga seus serviços e estabelece formas de aproximação com a sociedade. Uma página institucional pode divulgar horário de funcionamento, normas de consulta, instrumentos de pesquisa e serviços oferecidos. Um perfil em mídia social digital pode apresentar documentos do acervo, informar eventos, divulgar exposições, anunciar publicações e orientar o público sobre possibilidades de acesso. Assim, esses canais foram considerados nesta pesquisa como meios para observar a oferta e a divulgação de produtos e serviços arquivísticos.

No Quadro 1, apresentam-se categorias de produtos e serviços arquivísticos consideradas nesta pesquisa, com base na literatura da Ciência da Informação e da Arquivologia.

QUADRO 1 – Produtos e serviços arquivísticos

Categoria	Exemplos	Compreensão adotada na pesquisa
Produtos de descrição arquivística.	Guias, inventários, catálogos, bases de dados e instrumentos de pesquisa.	Recursos informacionais resultantes da representação do acervo, voltados à identificação, localização e recuperação dos documentos.
Produtos editoriais e de divulgação.	Boletins, livros, revistas, folders, catálogos de exposição, vídeos institucionais, publicações digitais e conteúdos organizados para divulgação.	Materiais físicos ou digitais destinados a comunicar o acervo, as ações, os serviços e a própria instituição arquivística.
Serviços de acesso e referência.	Consulta ao acervo, atendimento presencial ou remoto, orientação à pesquisa e resposta a demandas informacionais.	Atividades de mediação entre usuários, documentos e instrumentos de pesquisa, voltadas ao uso qualificado da informação arquivística.
Serviços de reprodução documental.	Digitalização sob demanda, cópia, fotografia autorizada e emissão de reproduções.	Atividades que permitem ao usuário obter cópias ou representações dos documentos, conforme normas técnicas, legais e institucionais.
Serviços educativos e culturais.	Visitas guiadas, exposições, palestras, cursos, oficinas e ações com escolas.	Atividades de mediação educativa e cultural voltadas à aproximação entre o arquivo, seus acervos e diferentes públicos.
Canais de difusão e comunicação.	Páginas web, blogs, catálogos on-line e perfis em mídias sociais digitais.	Ambientes utilizados para divulgar produtos, serviços, acervos, atividades e informações institucionais.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Bellotto (2006), Lopez (2002), Menezes (2012), Amaral (2008) e Silva Júnior, Silva e Córdoba (2019).

A distinção entre produtos, serviços e canais de difusão orientou a leitura dos ambientes digitais investigados. Dessa forma, a pesquisa não tomou toda publicação em mídia social digital como produto arquivístico, mas analisou se esses canais divulgavam instrumentos de pesquisa, serviços de consulta, ações educativas, publicações, exposições, informações institucionais ou outros elementos relacionados à difusão editorial. A partir dessa delimitação conceitual, a seção seguinte apresenta os caminhos metodológicos utilizados na pesquisa, explicitando o universo investigado, os critérios de seleção das instituições, os procedimentos de coleta e as categorias adotadas para análise dos dados.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS NA PESQUISA

Esta pesquisa se classifica como descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa, pois buscou identificar e analisar as ações de difusão editorial praticadas em arquivos públicos municipais da Bahia, considerando o uso de ambientes digitais como canais de comunicação institucional e de divulgação de produtos, serviços e acervos. A dimensão descritiva se justifica pela intenção de caracterizar a presença digital dessas instituições e os tipos de conteúdos divulgados; a dimensão exploratória decorre do fato de a temática ainda ser pouco sistematizada no recorte dos arquivos públicos municipais baianos, especialmente quando relacionada à difusão editorial em mídias sociais digitais.

Quanto ao procedimento metodológico, adotou-se o estudo de casos múltiplos, uma vez que foram observadas diferentes instituições arquivísticas municipais dentro de um mesmo recorte temático, geográfico e temporal. De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é adequado quando se pretende investigar fenômenos contemporâneos em seu contexto de ocorrência, preservando suas características significativas. No caso desta pesquisa, não se tratou de analisar uma única instituição em profundidade, mas de observar um conjunto de arquivos públicos municipais da Bahia que apresentavam algum tipo de presença digital. Por essa razão, a expressão “estudos de casos” ou “estudo de casos múltiplos” mostra-se mais adequada ao desenho da investigação.

A investigação foi organizada em quatro etapas articuladas: (1) levantamento do universo da pesquisa; (2) identificação dos arquivos com presença digital; (3) observação direta dos canais localizados; e (4) aplicação de questionário *on-line*, complementada por contato telefônico. Essa organização buscou responder às questões fundamentais de uma investigação científica, a saber: o

que pesquisar, onde, como, com quais instrumentos e em que período; em consonância com Marconi e Lakatos (2003).

Para a amostra de análise, a partir dos 72 arquivos públicos municipais do estado da Bahia registrados pela Coordenação de Arquivos Públicos Municipais (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2023), identificou-se aqueles que estavam com cadastro atualizado, um total de 29, e destes, os que possuem algum tipo de canal de comunicação no ambiente digital, chegando-se a 10 arquivos municipais:

1. Arquivo Histórico Municipal Memória de Brumado
2. Arquivo Público Municipal de Cachoeira
3. Arquivo Público Municipal de Caetité
4. Arquivo Público Municipal de Dom Basílio
5. Arquivo Público Municipal de Rio De Contas
6. Arquivo Público Municipal de Santa Cruz Cabrália
7. Arquivo Público Municipal de Santo Amaro
8. Arquivo Público Municipal de Santo Estevão
9. Arquivo Público Municipal de São Félix
10. Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista

Após esta etapa, realizou-se a observação direta dos canais digitais identificados. Para isso, foi realizado um levantamento sistemático, elaborando-se um quadro de registros, a fim de padronizar a coleta das informações e orientar a observação dos canais digitais a partir de critérios previamente definidos. O quadro contemplou os seguintes aspectos: tipo de canal utilizado pela instituição; disponibilidade de informações institucionais; indicação de produtos e serviços arquivísticos; divulgação de acervos ou documentos; existência de publicações, eventos, exposições ou ações educativas; frequência aproximada de atualização; período das postagens; e presença de conteúdos relacionados à difusão editorial. Essa etapa permitiu mapear a presença digital das dez instituições e verificar quais canais apresentavam maior regularidade de atualização.

Considerando que os canais identificados possuíam dinâmicas distintas, a análise mais detida das publicações foi delimitada ao *Instagram*, por ser a mídia social digital que apresentou maior atualização entre as instituições observadas no período de 2020 a 2023. Essa escolha não

significa que as demais mídias digitais sejam equivalentes ao *Instagram*, nem que possuam a mesma lógica de produção, circulação e interação. Trata-se de um recorte metodológico adotado em razão da disponibilidade, regularidade e comparabilidade dos dados localizados. A partir desse critério, foram selecionadas para análise as instituições com maior assiduidade de publicações no *Instagram*: Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Arquivo Público Municipal de Dom Basílio e Arquivo Público Municipal de Santo Amaro.

Para a análise das publicações, foi adotada a técnica de análise de conteúdo das informações institucionais disponíveis nos canais digitais. Para Bardin (2016), a análise de conteúdo compreende um conjunto de técnicas voltadas à descrição e interpretação das mensagens, permitindo a organização de categorias e inferências sobre o material analisado. Nesta pesquisa, adotou-se a análise categorial temática, desenvolvida em três momentos: pré-análise, com seleção e organização do *corpus*; exploração do material, com identificação dos conteúdos recorrentes; e tratamento e interpretação dos resultados, à luz das categorias conceituais discutidas nas seções anteriores.

As categorias de análise foram definidas a partir da revisão de literatura sobre difusão editorial, produtos e serviços arquivísticos, bem como da observação dos canais digitais. Foram consideradas as seguintes categorias: a) produtos de descrição arquivística, como guias, inventários, catálogos, bases de dados e instrumentos de pesquisa; b) produtos editoriais e de divulgação, como publicações, vídeos, boletins, folders, catálogos de exposição e conteúdos digitais; c) serviços de acesso e referência, como consulta ao acervo, orientação à pesquisa e atendimento presencial ou remoto; d) serviços educativos e culturais, como visitas guiadas, exposições, palestras, cursos e oficinas; e e) canais de difusão e comunicação, como páginas *web*, *blogs* e perfis em mídias sociais digitais. Essa categorização permitiu observar se os conteúdos publicados estavam relacionados à difusão editorial de produtos, serviços, acervos e atividades institucionais.

Como instrumento complementar de coleta de dados, aplicou-se um questionário elaborado no *Google Forms*, encaminhado aos e-mails institucionais dos arquivos públicos municipais identificados na pesquisa. O questionário foi dirigido aos responsáveis institucionais ou profissionais que atuavam nos arquivos, com o objetivo de compreender como essas instituições percebiam e desenvolviam ações de difusão editorial em ambiente digital. O instrumento contemplou questões de opinião sobre: identificação da instituição respondente; existência de

ações de difusão editorial; produtos e serviços divulgados; uso de canais digitais; compreensão institucional sobre a finalidade da difusão editorial; relação entre difusão, acesso e divulgação do acervo; e dificuldades enfrentadas para manutenção dessas ações.

No envio do questionário, foi incluído texto de apresentação da pesquisa, informando sua finalidade acadêmica, a vinculação do estudo, a natureza voluntária da participação e o uso das respostas para análise científica. Após tentativas de contato por *e-mail*, realizadas no período de outubro a novembro de 2023, sem retorno da maioria das instituições, optou-se por realizar contato telefônico com os arquivos. As respostas obtidas por telefone foram registradas pelas pesquisadoras em formulário próprio, posteriormente sistematizadas e transcritas em matriz de análise. Ao final desse processo, responderam ao instrumento três arquivos públicos nos municípios de Cachoeira, Caetité e Jacobina. A baixa taxa de retorno foi considerada uma limitação da pesquisa, pois restringiu a análise das percepções institucionais ao conjunto de respondentes disponíveis.

Os dados provenientes da observação dos canais digitais e do questionário foram analisados de forma articulada. A observação permitiu identificar a presença e a recorrência de produtos, serviços, acervos e ações divulgadas em ambiente digital, enquanto o questionário possibilitou compreender como parte das instituições percebe a difusão editorial e suas finalidades. Essa triangulação entre observação direta e respostas institucionais contribuiu para qualificar a interpretação dos resultados, embora não permita generalizações para todos os arquivos públicos municipais da Bahia. Os dados coletados, portanto, devem ser compreendidos dentro do recorte estabelecido: arquivos públicos municipais baianos com cadastro atualizado, presença digital identificável e, no caso da análise das publicações, maior assiduidade no *Instagram* entre 2020 e 2023.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos adotados buscaram conferir maior clareza ao percurso da pesquisa, indicando o universo investigado, os critérios de seleção das instituições, os instrumentos de coleta, as categorias de análise e as limitações do estudo. A seção seguinte apresenta e discute os resultados obtidos a partir desse percurso, iniciando pelo mapeamento dos canais digitais utilizados pelos arquivos públicos municipais da Bahia e, em seguida, pela análise da difusão editorial nas instituições selecionadas.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A apresentação e discussão dos resultados está organizada em dois momentos. No primeiro, analisam-se os canais digitais identificados nos arquivos públicos municipais da Bahia, com atenção à presença institucional na web e à divulgação de produtos, serviços, acervos e atividades. No segundo, discutem-se as respostas obtidas por meio do questionário aplicado às instituições participantes, relacionando-as aos dados observados nos ambientes digitais.

Para a análise do ambiente digital dos arquivos públicos municipais do estado da Bahia, foram identificados os canais de comunicação utilizados pelas instituições com cadastro atualizado junto à Coordenação de Arquivos Públicos Municipais da Bahia. Esses canais foram compreendidos como meios de comunicação institucional e difusão, e não como produtos arquivísticos em si mesmos, pois sua função, no contexto desta pesquisa, é tornar visíveis informações sobre acervos, serviços, produtos, atividades e formas de contato com a instituição.

Destaca-se que este estudo não realizou o método de Análise de Redes Sociais (ARS), isto é, não examinou métricas de interação, conexões entre atores, centralidade, densidade, alcance, curtidas, comentários ou compartilhamentos. Nesta pesquisa, o foco recaiu sobre a análise de conteúdo das publicações e das informações institucionais disponíveis no *Instagram*, considerando sua relação com a difusão editorial de produtos e serviços arquivísticos. Assim, ainda que o *Instagram* e o *Facebook* sejam sites de rede sociais e mídias sociais digitais, nesta pesquisa foram analisados como canais de difusão e comunicação institucional.

O Quadro 2 apresenta a relação dos arquivos públicos municipais identificados e seus respectivos canais de comunicação na web.

QUADRO 2 – Relação dos Arquivos Públicos Municipais da Bahia e seus canais de comunicação na web

ARQUIVOS MUNICIPAIS	CANAL DE COMUNICAÇÃO NA WEB	URL/ PERFIL DE ACESSO
Arquivo Histórico Municipal Memória de Brumado	Facebook	https://www.facebook.com/arquivohistorico.municipalmemoriadebrumado/?locale=pt_BR

Arquivo Público Municipal de Cachoeira	<i>Instagram</i>	@arquivopublicodecachoeira
Arquivo Público Municipal de Caetité	<i>Instagram e Blog</i>	@arquivocaetite https://uranohistoria.blogspot.com/2013/08/arquivo-municipal-de-caetite.html
Arquivo Público Municipal de Dom Basílio	<i>Instagram e Facebook</i>	@arquivopublicodedombasilio https://www.facebook.com/people/Arquivo-P%C3%BAblico-Memorial-Julinda-Caires/100066227361325/
Arquivo Público Municipal de Rio De Contas	<i>Blog</i>	http://ammrc.blogspot.com/
Arquivo Público Municipal de Santa Cruz Cabralia	<i>Facebook</i>	https://www.facebook.com/www.cabralia.ba.gov.br/?locale=pt_BR
Arquivo Público Municipal de Santo Amaro	<i>Instagram e Blog</i>	@arquivopublicosantoamaro https://arquivopublicosantoamaroba.wordpress.com/historia/
Arquivo Público Municipal de Santo Estevão	<i>Facebook</i>	https://www.facebook.com/groups/arquivopublicomunicipal/
Arquivo Público Municipal de São Félix	<i>Blog</i>	http://arquivomunicipaldesaofelix.blogspot.com/
Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista	<i>Blog</i>	https://www.pmvc.ba.gov.br/tag/arquivo-publico-municipal/

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelas autoras (2023).

Os dados do Quadro 2 indicam que a presença digital dos Arquivos públicos municipais analisados ocorre de modo desigual. Alguns Arquivos mantêm perfis em mídias sociais digitais, especialmente no *Instagram* e no *Facebook*; outros aparecem vinculados a *blogs* ou páginas institucionais desatualizadas. Essa diversidade de canais revela que as instituições reconhecem, ainda que de forma inicial, a importância da web como espaço de divulgação. Entretanto, também evidencia a ausência de padronização, continuidade e planejamento mais sistemático da difusão editorial em ambiente digital.

A existência de um canal digital não significa, por si só, a efetivação de uma política de difusão. Essa compreensão dialoga com Pereira e Silva (2020), ao indicarem que o uso das redes sociais por instituições arquivísticas brasileiras deve ser orientado por diretrizes institucionais, não apenas pela criação de perfis ou pela publicação eventual de conteúdos. Para as autorias, essas

plataformas demandam equipe responsável, planejamento das ações, definição de objetivos, avaliação do desempenho e acompanhamento de indicadores, como compartilhamentos, comentários e interações. No contexto desta pesquisa, tal perspectiva contribui para interpretar os resultados observados: embora alguns arquivos públicos municipais utilizem o *Instagram* para divulgar documentos, atividades e informações institucionais, nem sempre se identificam elementos que indiquem planejamento sistemático, continuidade editorial ou avaliação das ações de difusão realizadas nesses canais.

A partir da identificação dos canais digitais, a observação direta concentrou-se no *Instagram*, por ter sido o ambiente com maior regularidade de atualização entre as instituições analisadas no período de 2020 a 2023. Esse recorte foi definido com base em dois critérios: a existência de publicações datadas no período investigado e a possibilidade de comparação entre instituições que utilizavam o mesmo canal. A escolha do *Instagram*, portanto, não decorreu da suposição de que esse canal represente toda a presença digital dos arquivos, mas de sua maior disponibilidade empírica para análise no conjunto observado.

O Quadro 3 apresenta o histórico de postagens/publicações nos canais identificados, com destaque para o período de 2020 a 2023.

QUADRO 3 – Histórico de publicações no *Instagram*

ARQUIVOS MUNICIPAIS	ANOS			
	2023	2022	2021	2020
Arquivo Histórico Municipal Memória de Brumado	Perfil criado em 2013, contendo postagens somente do ano 2013			
Arquivo Público Municipal de Cachoeira	42	32	36	0
Arquivo Público Municipal de Caetité	Sem identificação de data das postagens			
Arquivo Público Municipal de Dom Basílio	11	10	9	4
Arquivo Público Municipal de Santa Cruz Cabralia	0	1	5	1
Arquivo Público Municipal de Santo Amaro	18	12	6	0
Arquivo Público Municipal de Santo Estevão	0	2	9	0

Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista	Perfil criado em 2013, contendo postagens até o ano de 2017
---	---

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelas autoras (2023).

Considerou-se como “maior assiduidade” a regularidade de publicações identificadas no período de 2020 a 2023, observando-se a quantidade de postagens localizadas e a continuidade de atualização do perfil. A partir desse critério, foram selecionados para análise mais detalhada o Arquivo Público Municipal de Cachoeira, o Arquivo Público Municipal de Dom Basílio e o Arquivo Público Municipal de Santo Amaro. Essas três instituições apresentaram maior número de publicações datadas no *Instagram* e maior continuidade de uso do canal no período analisado.

No caso do Arquivo Público Municipal de Cachoeira, observou-se maior frequência de publicações em comparação às demais instituições selecionadas. As postagens identificadas indicam uso do *Instagram* para divulgar documentos, registros fotográficos, atividades institucionais e conteúdos relacionados à memória local. Esse tipo de publicação pode ser compreendido como ação de difusão editorial quando organiza e comunica informações sobre o acervo ou sobre os serviços da instituição, aproximando o arquivo de públicos que nem sempre acessam os instrumentos formais de pesquisa. No entanto, a análise também indica que a divulgação tende a se concentrar em conteúdos de visibilidade imediata, sem que estejam sempre articulados a instrumentos de descrição, políticas de acesso ou informações sistemáticas sobre serviços disponíveis.

O Arquivo Público Municipal de Dom Basílio apresentou número menor de publicações em relação a Cachoeira, mas manteve presença no período analisado. As postagens observadas evidenciam o uso do *Instagram* como canal de divulgação institucional e de valorização da memória municipal, especialmente por meio de registros históricos, imagens e informações sobre o acervo. Nesse caso, a difusão editorial aparece associada à construção de vínculos entre arquivo, comunidade e memória local. Essa aproximação é relevante, pois os arquivos públicos municipais preservam documentos relacionados à história administrativa, social e cultural das cidades. Contudo, assim como observado em outros casos, a presença digital ainda parece depender de iniciativas pontuais, o que revela a necessidade de maior planejamento e continuidade.

O Arquivo Público Municipal de Santo Amaro também apresentou uso do *Instagram* e de *blog* como canais de comunicação. A presença combinada desses ambientes permite observar possibilidades distintas de difusão: enquanto o *blog* favorece a apresentação de informações institucionais mais estáveis, o *Instagram* possibilita a circulação de conteúdos breves, visuais e

atualizados. As publicações identificadas indicam ações de divulgação de documentos, atividades, exposições e informações sobre a instituição. Nesse caso, a articulação entre *blog* e *Instagram* pode contribuir para a complementaridade entre informação institucional e divulgação dinâmica. Ainda assim, a análise sugere que essa potencialidade depende da atualização contínua dos canais e da vinculação dos conteúdos publicados a produtos e serviços arquivísticos claramente identificáveis.

De modo geral, as três instituições analisadas utilizam o *Instagram* principalmente para divulgar documentos, fotografias, eventos, exposições, datas comemorativas, informações institucionais e atividades relacionadas à memória local. Esses conteúdos indicam a presença de ações de difusão editorial em ambiente digital, sobretudo quando apresentam documentos do acervo, divulgam atividades institucionais ou comunicam serviços e formas de acesso. No entanto, a análise também evidencia limites importantes: baixa presença de instrumentos de pesquisa digitais, pouca explicitação dos serviços arquivísticos disponíveis, ausência de informações sistemáticas sobre normas de consulta e reduzida articulação entre publicações em mídias sociais digitais e produtos arquivísticos formais, como guias, inventários, catálogos ou bases de dados.

Esses resultados permitem afirmar que as mídias sociais digitais têm sido utilizadas como canais de visibilidade e aproximação, mas ainda não configuram, por si só, uma política consolidada de difusão editorial. A publicação de fotografias, notícias e registros históricos pode despertar interesse pelo acervo e ampliar a presença pública do arquivo; contudo, para que a difusão editorial seja mais efetiva, é necessário que essas postagens estejam relacionadas a informações sobre o contexto documental, a procedência dos documentos, os serviços oferecidos, os instrumentos de pesquisa disponíveis e as possibilidades de acesso presencial ou remoto.

A análise também demonstra que a difusão editorial em ambiente digital permanece mais voltada à divulgação pontual de conteúdos do que à oferta estruturada de produtos e serviços arquivísticos. Essa constatação dialoga com Menezes (2012), ao afirmar que a difusão deve ser planejada em função do público-alvo e integrada ao gerenciamento documental. Também se aproxima da compreensão de Rockembach (2015), para quem a difusão em arquivos envolve acessibilidade, transparência, mediação, conhecimento dos públicos e uso de canais de comunicação adequados. Assim, os resultados observados indicam que o uso do *Instagram* pode favorecer a comunicação com a sociedade, mas precisa estar articulado ao tratamento documental, à descrição, ao acesso e à preservação.

Outro aspecto observado diz respeito à relação entre difusão digital e democratização do acesso. Não se trata de afirmar que a simples presença em mídias sociais digitais democratiza o acesso à informação arquivística. A democratização depende de condições mais amplas, como organização dos acervos, descrição adequada, políticas de acesso, linguagem compreensível, atualização dos canais, acessibilidade e mediação qualificada. Desse modo, os canais digitais podem contribuir para a ampliação da visibilidade dos arquivos e para a circulação de informações sobre seus acervos, mas não substituem as políticas institucionais de acesso e difusão.

As Figuras 1 e 2 ilustram exemplos de publicações observadas nos perfis dos arquivos analisados, nas quais se identificam ações de divulgação de documentos, exposições, pesquisas e atividades institucionais. Esses registros permitem visualizar como os arquivos vêm utilizando o Instagram para comunicar conteúdos relacionados à memória local e aos serviços desenvolvidos. Entretanto, a análise das publicações reforça que a difusão editorial em mídias sociais digitais deve ser acompanhada de contextualização arquivística, indicação de fontes, descrição mínima dos documentos e orientação sobre formas de acesso ao acervo.

FIGURA 1 – Página inicial do *Instagram* do Arquivo Público Municipal de Arquivo Público Municipal de Santo Amaro - BA



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

FIGURA 2 – Indicação de pesquisa e exposição nos Arquivos Públicos Municipais de Santo Amaro e Cachoeira - BA



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A análise dos canais digitais dos arquivos públicos municipais permite compreender que a difusão editorial em ambiente digital ainda se encontra em processo de construção. Há iniciativas relevantes de divulgação de acervos, memória local e atividades institucionais, mas elas aparecem de forma desigual, com diferentes níveis de atualização e sistematização. A presença digital, nesse contexto, revela tanto o potencial de aproximação entre arquivos e sociedade quanto os desafios de converter publicações dispersas em ações regulares de difusão.

5.1 O QUE OS ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DIZEM SOBRE A DIFUSÃO EDITORIAL

A análise dos resultados desta fase da pesquisa foi organizada a partir das respostas ao questionário, correlacionando-as com os dados obtidos por observação direta. Entre as instituições avaliadas, apenas três responderam ao instrumento. Para preservar a identificação das respostas, estabeleceram-se os códigos: R1 (respondente 1), R2 (respondente 2), e R3 (respondente 3).

Em relação à finalidade e à importância das ações de difusão editorial em ambiente digital, as instituições respondentes associaram essa prática ao alcance do público, à divulgação dos serviços, à valorização dos documentos e à aproximação entre arquivo e sociedade. As respostas foram as seguintes:

Maior alcance ao público e democratização do acesso (R1)

Disponibilizar este material para acesso e conhecimento da população é de suma importância, pois contribui para a divulgação dos nossos serviços, documentos e fotos históricas da cidade de Jacobina, despertando curiosidade na história da nossa terra aos nossos estudantes e moradores em geral da cidade (R2)

É promover a instituição por meio de publicações que visam disseminar os produtos e serviços que as instituições de arquivo dispõem, levando a informação para ter maior alcance, como forma de atrair o interesse da sociedade em conhecer e usufruir dos produtos e serviços prestados (R3).

As respostas demonstram que os Arquivos participantes reconhecem a difusão editorial como estratégia de comunicação pública e de valorização institucional. Entretanto, também evidenciam certa aproximação entre os conceitos de acesso, divulgação e difusão, o que exige uma análise mais cuidadosa. O acesso refere-se à possibilidade de consulta e uso dos documentos e das informações arquivísticas, enquanto a difusão envolve ações de mediação e comunicação que tornam o arquivo, seus acervos, produtos e serviços mais conhecidos. Assim, a difusão editorial pode favorecer o acesso, mas não o substitui. Essa distinção é relevante porque publicar documentos, fotografias ou informações em canais digitais amplia a visibilidade da instituição, mas não corresponde, necessariamente, à existência de políticas de acesso, instrumentos de pesquisa, descrição arquivística ou serviços de referência estruturados.

Nesse sentido, a resposta de R1, ao mencionar “democratização do acesso”, expressa uma expectativa importante em relação ao ambiente digital, no entanto, a democratização do acesso depende de condições mais amplas, como organização do acervo, descrição adequada, informações claras sobre formas de consulta, políticas institucionais de acesso e continuidade das ações de comunicação. Conforme Menezes (2012), a acessibilidade a um maior número de pessoas constitui eixo central das atividades de difusão, mas deve estar integrada ao gerenciamento documental e ao conhecimento dos públicos a que se destina.

Já a resposta de R2 reforça a dimensão social e educativa da difusão ao mencionar estudantes, moradores e o interesse pela história local. Esse dado é relevante no contexto dos arquivos públicos municipais, pois tais instituições custodiam documentos diretamente relacionados à memória das cidades, à administração local, à comprovação de direitos e à construção de pertencimentos coletivos. Ao divulgar documentos, fotografias históricas e informações sobre a cidade, o arquivo amplia a possibilidade de reconhecimento social de seu acervo. Contudo, ressalta-se que para que essa divulgação se configure como difusão editorial qualificada, é necessário que os conteúdos publicados sejam acompanhados de contextualização

mínima, identificação documental, indicação de procedência e orientações sobre as formas de acesso ao acervo.

A resposta de R3 aproxima-se mais diretamente da noção de difusão editorial discutida neste estudo, ao compreendê-la como promoção institucional por meio de publicações que disseminam produtos e serviços dos arquivos. Essa compreensão dialoga com Menezes (2012), para quem a difusão editorial pode envolver instrumentos de busca, catálogos, inventários, periódicos, folhetos, boletins, vídeos e outros meios de comunicação dirigida. Ao mesmo tempo, a resposta permite observar que a difusão editorial não se limita à publicação de materiais, pois exige planejamento sobre o que divulgar, para quem divulgar, por quais canais e com quais objetivos institucionais.

Sobre a existência de dificuldades para o desenvolvimento de ações de difusão editorial em ambiente digital, destacou-se a seguinte resposta:

Sim, mão de obra qualificada para alimentar os programas e custo muito alto dos programas de difusão (R2).

Embora a organização do acervo, a descrição e o uso de tecnologias possam contribuir para a difusão, tais condições não tornam o processo simples ou automaticamente executável. A difusão editorial em ambiente digital depende de infraestrutura, equipe, tempo de trabalho, competências técnicas, domínio das plataformas, definição de rotinas e recursos institucionais. Portanto, a dificuldade indicada por R2 não contradiz a importância da difusão; ao contrário, evidencia que sua realização exige condições concretas de planejamento e gestão. Pereira e Silva (2020), ao discutirem diretrizes para o uso de mídias sociais por instituições arquivísticas brasileiras, ressaltam que essas plataformas demandam equipe responsável, definição de objetivos, planejamento editorial, acompanhamento de interações e avaliação dos resultados obtidos. No caso dos arquivos municipais analisados, a ausência ou insuficiência desses elementos ajuda a compreender por que a difusão digital aparece, muitas vezes, como ação pontual e dependente de esforços individuais.

Nesse ponto, destaca-se que a difusão editorial não deve ser apresentada como uma solução simples para os desafios de visibilidade dos arquivos públicos municipais. Este tipo de difusão pode até ampliar a circulação de informações sobre acervos, serviços e atividades, mas sua efetividade depende da articulação com outras funções arquivísticas. Rockembach (2015)

contribui para essa análise ao afirmar que a difusão em arquivos envolve acessibilidade, transparência, mediação, compreensão dos públicos e uso adequado de canais de comunicação, considerando a relação entre usuários, conteúdo e tecnologia. Assim, a análise da resposta de R2 demonstra que, nos arquivos municipais, a difusão editorial em ambiente digital está condicionada tanto à vontade institucional de divulgar quanto à existência de recursos humanos, tecnológicos e financeiros para sustentar essa divulgação.

Em relação à adoção de políticas internas para a difusão do arquivo, foram obtidas as seguintes respostas:

Nosso principal foco talvez seja filtrar nossas postagens, tentando manter ao máximo as mesmas atualizadas, com foco na divulgação de nossos serviços e preservação da história da nossa cidade (R2).

Sim, Regulamento interno e as normas da NOBRADE Conarq (R3).

As respostas indicam diferentes níveis de formalização das ações de difusão. Em R2, observa-se uma preocupação prática com a seleção de conteúdos e a atualização das postagens, o que aponta para uma rotina de comunicação, ainda que não necessariamente formalizada como política institucional. Já R3 menciona regulamento interno e a NOBRADE, indicando reconhecimento da importância de normas arquivísticas para orientar o tratamento e a divulgação das informações. A Norma Brasileira de Descrição Arquivística é especialmente relevante porque a descrição constitui uma das bases para a difusão qualificada, pois sem informações consistentes sobre fundo, série, datação, contexto de produção e condições de acesso, a divulgação de documentos em canais digitais pode ganhar visibilidade, mas perder densidade informacional. Desse modo, a menção à NOBRADE permite reforçar a relação entre descrição arquivística e difusão editorial. Além da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE (BRASIL, 2006), é importante também considerar normas e padrões internacionais que podem orientar a promoção de produtos e serviços nos arquivos, como a ISO 15489 (Gestão de Documentos) (ASSOCIAÇÃO..., 2018), a ISO 30300 (Sistemas de Gestão de Documentos)(ASSOCIAÇÃO..., 2016a), a ISO 30301 (Sistemas de Gestão de Documentos de Arquivo Eletrônico)(ASSOCIAÇÃO..., 2016b), entre outras.

Os instrumentos de pesquisa, os catálogos, os inventários e as publicações institucionais dependem de descrição adequada para que o usuário compreenda o acervo e possa acessá-lo de forma contextualizada. Bellotto (2006) destaca que os instrumentos de pesquisa fazem a mediação

entre os documentos e os usuários, especialmente em arquivos permanentes. Portanto, ao analisar a difusão editorial em ambiente digital, não basta observar a existência de postagens ou perfis institucionais; é necessário considerar se os conteúdos divulgados apresentam informações suficientes para orientar a consulta, a compreensão e o uso dos documentos.

Buscando identificar os profissionais que atuam nesses arquivos, obtiveram-se as seguintes respostas:

Historiadora (R1).

Todo o nosso corpo de funcionários tem autorização para divulgar nossas ações (R2).

Funcionários efetivos e temporários do Município e monitores de extensão e estagiários da UNEB [Universidade do Estado da Bahia] (R3).

Essas respostas foram mantidas na análise porque ajudam a compreender quem participa das ações de difusão e quais arranjos institucionais sustentam a presença digital dos arquivos municipais. Os dados indicam que a difusão editorial, nos casos respondentes, envolve profissionais com formações e vínculos diversos, incluindo historiadora, funcionários municipais, estagiários e monitores de extensão. Essa composição revela um caráter interdisciplinar das ações de difusão, mas também aponta para a necessidade de orientação técnica arquivística, sobretudo quando se trata de selecionar, contextualizar e publicar documentos em ambiente digital.

A presença de profissionais de diferentes áreas pode ampliar as possibilidades de mediação cultural e educativa, especialmente em arquivos públicos municipais, que de modo frequente, atuam em diálogo com escolas, universidades, pesquisadores e comunidades locais. Contudo, a difusão de documentos arquivísticos exige critérios técnicos, éticos e institucionais. A divulgação de acervos não deve depender apenas da autorização genérica para publicar conteúdos, mas de procedimentos que considerem a descrição, a preservação, os direitos de acesso, a proteção de dados pessoais e a finalidade pública da comunicação. Nesse sentido, a atuação de equipes interdisciplinares pode ser positiva quando articulada a políticas institucionais e à orientação arquivística.

Os resultados desta subseção indicam, portanto, que os arquivos públicos municipais respondentes atribuem valor à difusão editorial em ambiente digital, especialmente por sua capacidade de ampliar a visibilidade institucional, divulgar documentos e aproximar o arquivo da comunidade. Ao mesmo tempo, as respostas evidenciam limites importantes: sobreposição conceitual entre acesso e difusão, dificuldades de equipe e recursos, diferentes níveis de

formalização das políticas internas e necessidade de maior articulação entre descrição arquivística, planejamento editorial e comunicação digital. Assim, a difusão editorial aparece como uma prática em construção, relevante para a função social dos arquivos públicos municipais, mas ainda dependente de condições institucionais que garantam continuidade, qualidade informacional e integração com as demais funções arquivísticas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nesta pesquisa apontou a necessidade de maior efetivação de ações que consolidem a difusão nas instituições de arquivo e sua prática no ambiente digital. Retomando o objetivo proposto, de identificar as ações praticadas no ambiente digital para a difusão dos acervos dos arquivos públicos municipais da Bahia, entende-se que ele foi alcançado dentro do recorte estabelecido pela pesquisa. Foram identificados dez arquivos públicos municipais com algum tipo de presença digital, entre os quais se observaram ações como divulgação de documentos e fotografias históricas, publicização de exposições e eventos, difusão de informações institucionais, apresentação de aspectos da memória local, divulgação de atividades culturais e educativas e, em menor incidência, indicação de produtos e serviços arquivísticos estruturados.

Entende-se que as ações de difusão editorial são importantes porque disseminam os produtos e serviços dos arquivos públicos por meio de publicações, instrumentos de pesquisa, conteúdos digitais e canais de comunicação institucional. A utilização de páginas *web*, *blogs* e mídias sociais digitais pode contribuir para ampliar a visibilidade dos acervos e favorecer o acesso às informações arquivísticas. No entanto, os resultados obtidos relativizam a ideia de que a difusão editorial em ambiente digital seja, por si só, uma prática simples, de baixo custo ou facilmente executável. A baixa atualização de alguns canais, a reduzida oferta de produtos e serviços arquivísticos na *web*, a ausência de instrumentos de pesquisa digitais em parte das instituições e as dificuldades relatadas quanto à mão de obra qualificada e aos custos dos programas de difusão demonstram que a adoção de mídias sociais digitais e sítios institucionais requer planejamento, equipe, infraestrutura, continuidade e avaliação das ações desenvolvidas.

Verificou-se também que a temática da difusão editorial, sobretudo quando associada aos produtos e serviços ofertados em ambiente digital, necessita de maior aprofundamento no contexto dos arquivos públicos municipais. Diante do estudo realizado, percebe-se que a difusão é

relevante para a função social dos arquivos, pois é para a sociedade que se preservam e comunicam os documentos de valor histórico, social, cultural, administrativo e probatório. Manter os arquivos ao longo do tempo é essencial para salvaguardar a memória pública, especialmente na esfera municipal, cuja documentação pode ser requerida para fins de pesquisa, cidadania, comprovação de direitos e reconhecimento da história local.

Ressalta-se, ainda, a importância em ter profissionais de referência para o desenvolvimento dessas ações nas instituições arquivísticas. Identificou-se que é muito tímida a inserção de profissionais arquivistas nos Arquivos públicos municipais analisados responsáveis pela difusão editorial, somente uma delas tem em seu quadro funcional um Arquivista. Entende-se que o Arquivista é um profissional fundamental para a preservação e difusão documental de uma instituição, uma vez que é responsável por organizar, classificar, descrever e preservar os documentos que compõem o acervo do arquivo, garantindo a acessibilidade para consulta e pesquisa, e também é o profissional que possui melhor conhecimento técnico e teórico de gestão documental, políticas de acesso à informação e de preservação, bem como todo planejamento e estratégias que podem ser desenvolvidas nas instituições arquivísticas, seja pública ou privada.

A ampliação de atividades nos arquivos, como a produção de instrumentos de pesquisa, exposições, visitas guiadas, publicações digitais, conteúdos em mídias sociais e serviços de orientação ao usuário, deve estar associada à melhoria da gestão documental e da descrição arquivística. A continuidade de iniciativas, principalmente aquelas que envolvem práticas tecnológicas voltadas à difusão de documentos e informações, é importante em uma sociedade cada vez mais inserida em contextos digitais. Todavia, a adoção de mídias sociais digitais e *sites* institucionais não deve ser compreendida apenas como alternativa simples ou de baixo custo, pois sua efetividade requer recursos humanos, infraestrutura, definição de objetivos, acompanhamento das publicações e avaliação das interações com os públicos.

Conclui-se que a difusão editorial em ambiente digital possui potencial para ampliar a visibilidade dos arquivos públicos municipais e fortalecer a relação entre acervo, instituição e sociedade. Entretanto, para que esse potencial se realize, é necessário que as ações de difusão sejam contínuas, planejadas e articuladas às demais funções arquivísticas. Nesse sentido, recomenda-se que novas pesquisas aprofundem o estudo sobre políticas de difusão, produtos e serviços arquivísticos, presença digital e condições institucionais dos arquivos públicos municipais,

ampliando a compreensão sobre os desafios e possibilidades da difusão editorial no campo da Arquivologia.

REFERÊNCIAS

ACCART, Jean-Philippe. **Serviço de referência: do presencial ao virtual**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2012.

AMARAL, Sueli Angelica do. Marketing da informação: entre a promoção e a comunicação integrada de marketing. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 1, p. 31-44, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/1636/1637>. Acesso em: 29 mai. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 15489-1:2018**: Informação e documentação - Gestão de documentos de arquivo - Parte 1: Conceitos e princípios. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 30300:2016**: Informação e documentação – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Fundamentos e vocabulário. Rio de Janeiro: ABNT, 2016a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 30301:2016**: Informação e documentação – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2016b.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. *In*: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Cap. 14.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei n. 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 15 nov. 2023.

CASTRO, Maria Fatima Coelho; SUAIDEN, Emir José. Fatores críticos de sucesso na oferta de produtos e serviços de informação na Web. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.bbn.ufpb.br/index.php/pscib/article/view/23104>. Acesso em: 29 maio. 2026.

DE PORTELLA, Viviane Portella; PEREZ, Carlos Blaya. Práticas comunicacionais: difusão no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul nos diferentes meios de comunicação online. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 197–212, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/22930> . Acesso em: 29 maio. 2026.

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. Arquivos públicos municipais. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/fpc/arquivo-publico>. Acesso em: 10 set. 2023.

INDOLFO, Ana Celeste. **Gestão de documentos**: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. *Arquivística.net*. v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=3553>. Acesso em: 18 set. 2023.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LESSA, Bruna. Acesso aos serviços e produtos da biblioteca em tempos de pandemia da covid-19: possibilidades de uso do Facebook. **Informação & Informação**, v. 26, n. 2, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40205/pdf>. Acesso em: 20. dez. 2023.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Projeto Como Fazer, 6). Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/como_descrever_documentos_de_arquivo_elaboracao_de_instrumentos_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 29 maio. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, Priscila L. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil. **PontodeAcesso**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 47–71, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6164> . Acesso em: 29 maio. 2026.

PEREIRA, Diego B.; SILVA, Eliezer P. Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras. **Acervo**, *Rio de Janeiro*, v. 33, n. 3, p. 116–135, 2020. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1544>. Acesso em: 29 maio. 2026.

ROCKEMBACH, Moisés. DIFUSÃO EM ARQUIVOS: Uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015.

SILVA JUNIOR, Josemar Elias da; SILVA, Jeffeson Higino da; CÓRDULA, Ana Cláudia Cruz. Elaboração de produtos arquivísticos a partir da representação descritiva da informação. **Revista**

Conhecimento em Ação, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 125–145, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/25997>. Acesso em: 29 maio. 2026.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

NOTAS DE AUTORIA

Daila Lima

Arquivista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

<https://lattes.cnpq.br/5618366506529024>

Bruna Lessa

Nascida em Salvador-Bahia, é mãe, e professora adjunta do Departamento de Documentação e Informação, do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua na pesquisa e docência nas áreas de organização do conhecimento, fontes de informação e estudos Interdisciplinares sobre mulheres; e nas temáticas que envolve bibliotecas, arquivos e museus, relacionados a humanidades digitais, mediação documentária, análise de redes sociais on-line. Foi Chefe do Departamento de Documentação e Informação UFBA/Brasil (2022-2024).

<http://lattes.cnpq.br/4775068257764378>